

Midland: dúvidas sobre a dívida

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

uma visão de cauteloso otimismo em relação à economia brasileira e prudente conservadorismo em relação à questão da dívida. Ele disse à imprensa que o Plano Verão "está na direção correta", mas lembrou que o problema maior é sua implementação. Como mudanças essenciais corretas ele aponta a eliminação da correção monetária e o ataque ao déficit público e à dimensão do Estado. A credibilidade da política econômica depende de um desempenho positivo no controle do déficit que permita dar "um papel maior à política fiscal" aliviando um pouco o peso da política monetária e dos juros altos.

Sir Kit trabalhou durante 20 anos no Banco da Inglaterra (banco central inglês), inclusive como diretor-executivo, e durante seis anos fez parte do chamado "Grupo dos 30" o prestígio do foro que reúne personalidades internacionais para discutir questões financeiras e econômicas internacionais. Com a experiência de quem discutiu a questão da dívida tanto do lado governamental quanto do do banqueiro, ele fez uma análise cuidadosa sobre a possibilidade de mudanças na estratégia para a dívida durante seu discurso no almoço e na entrevista à imprensa.

A exemplo de outros bancos, ele acharia ótimo contar com um organismo internacional que oferecesse garantias aos credores para trocarem a dívida "velha" por títulos novos (a "securitização"). No entanto, está convencido que a nova administração norte-americana deverá evitar soluções que impliquem no uso de dinheiro do contribuinte — até porque já enfrenta problemas importantes com devedores internos.

JAPÃO

Ele supõe que uma vertente potencialmente mais fértil poderá surgir do Japão, que tem um superávit financeiro de US\$ 30 bilhões para reciclar. Os japoneses, embora discretos, "estão no comando do sistema financeiro mundial". As idéias japonesas não estão totalmente claras, mas podem ser promissoras.

Sir Kit traçou alguns parâmetros para a discussão da dívida: ele acha promissor o caminho da redução da dívida, mas desde que feito por opções estritamente voluntárias; considera como solução definitiva a volta ao mercado voluntário, mas acha que isto levará alguns anos; em qualquer hipótese ele acha que o ponto central da solução está no empenho dos países devedores em seguir políticas adequadas.

Soluções involuntárias — ou através de redução compulsória da dívida ou através de moratória — levariam os devedores a se distanciar do mercado. Ele admite que as reduções voluntárias (através do "menu de opções" dos acordos mais recentes, que incluem securitização, exit bonds, etc.) têm alcance limitado e precisam ser complementadas por créditos ofi-

ciais, de organismos multilaterais e dos próprios bancos. No caso dos bancos, contudo, ele acha que a era de financiamentos a balanços de pagamentos acabou; o caminho futuro é voltar à antiga prática de financiar projetos e comércio.

CONVERSÃO

Ele considera particularmente promissor o caminho da conversão da dívida em investimentos e lamenta que o Brasil tenha abandonado (ele espera que temporariamente) esta opção. Sir Kit compreende as razões que levaram à suspensão das conversões, mas as considera mais políticas, no sentido de demonstrar a amplitude das medidas de ajuste, do que práticas: o efeito inflacionário das conversões seria, em sua opinião, muito pequeno. Sem o programa de conversões, uma alternativa brasileira seria fazer novos lançamentos de bonus de saída ("exit bonds"), para aproveitar-se da redução da dívida.

E estratégia do Midland no Brasil tem uma dupla face, na descrição de seu presidente. De um lado, o banco tem procurado reduzir sua carteira de empréstimos "velhos" — em 1988, por exemplo, o banco entrou com US\$ 182 milhões em "dinheiro novo" no acordo, mas conseguiu fechar o ano sem ter elevado sua carteira de ativos brasileiros, graças a operações de conversão e venda ou troca de ativos no mercado secundário. A outra face da operação considera a hipótese de voltar a operar com o País, dentro de alguns anos, em bases voluntárias, à medida que políticas econômicas corretas restabeleçam a confiança dos credores.

NOVOS RECURSOS

Sir Kit não examina a hipótese de o Brasil voltar, a curto prazo, a negociar com os bancos credores novos recursos. O último acordo, diz ele, é muito recente, foi positivo e os números do balanço de pagamentos brasileiros são bons. Tampouco trabalha com a possibilidade de uma nova moratória do País, nem por razões econômicas, nem por motivos políticos. "Todo mundo ficou impressionado com o presidente Sarney quando ele disse, sem qualificações, que a moratória foi prejudicial ao País", lembrou o presidente do Midland. "E os números apóiam a conclusão do presidente", emendou.

A questão política na América Latina preocupa, mas ele acha que partidos na oposição "se sentem mais constrangidos do que imaginavam quando chegam ao Poder". A hipótese de uma união latino-americana para uma solução coletiva mais dura para a dívida lhe parece remota.

Ainda que a formação recente do "Grupo do Rio" (ou grupo de sete grandes devedores latino-americanos) possa ter preocupado, ele acha que uma moratória conjunta tenderia a igualar a posição de países com performances e potenciais muito distintos, o que não interessaria a muitos países.